

A PARTICIPAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Edenir Marques da Silva

Graduando do curso Serviço Social pela Faculdade Padre João Bagozzi
edenir.s@uninter.com

Eliane Cabral Ribierski

Graduanda do curso Serviço Social pela Faculdade Padre João Bagozzi
elianeribierski@hotmail.com

Sirlene Rodrigues Silva

Graduanda do curso Serviço Social pela Faculdade Padre João Bagozzi
sirleners_67@outlook.com

INTRODUÇÃO

Em décadas remotas, a deficiência era entendida como uma anomalia de caráter biológico e infortúnio de responsabilidade individual, contando apenas com a caridade, o assistencialismo e a atenção familiar, sem direito à cidadania.

Os estudos selecionados, problematizam a proteção da assistência à pessoa com deficiência e o trabalho dos assistentes sociais no processo concessório do benefício de Prestação Continuada, buscando focalizar o assunto por diversos ângulos com imparcialidade, porém com a devida veracidade, sempre através de estudos aprofundados.

OBJETIVO GERAL

Compreender a forma de atuação do assistente social no processo de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Objetivos Específicos

- Descrever o padrão de demanda e elegibilidade da pessoa com deficiência ao BPC da assistência social.

A Participação do Assistente Social na Concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) às Pessoas com Deficiências

- Identificar os desafios enfrentados pelo profissional do Serviço Social no processo concessório.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa é motivada pelo interesse em ampliar e difundir conhecimentos acerca do benefício da Assistência Social o BPC, suas características e operacionalidade, além da relevância de compreendermos e apreendermos, como acadêmicos do curso Serviço Social, o trabalho do Assistente Social junto ao INSS.

Acreditamos que ao pesquisar os campos de atuação do assistente social, acrescentamos valor à dimensão do seu trabalho, além de reconhecer a importância deste profissional para a sociedade no enfrentamento dos desafios sociais que o capitalismo impõe.

METODOLOGIA

Foram pesquisadas 08(oito) revistas, num total de 13(treze) artigos, sendo que, todos os artigos escolhidos fazem menção ao termo Pessoa com Deficiência (PCD) no contexto da elegibilidade ao benefício da assistência, mas somente 03(três) se referem ao trabalho do assistente social na concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Deste número de artigos citados, foram selecionados 06 estudos que servirão para compor esta revisão.

RESULTADOS OBTIDOS

No tocante ao tema acerca da PCD e o BPC, Barbosa (2009) nos diz que os modelos biomédico e social da deficiência são distintos e relevantes para as políticas sociais em relação a elegibilidade da pessoa com deficiência para inclusão no benefício. A autora contextualiza que a deficiência, de forma mais ampla, vem conquistando espaço em diversos debates e adquirindo um novo perfil no contexto da perícia para o acesso às políticas.

Porém, Santos (2008) analisa a deficiência por dois ângulos; na perspectiva do entendimento da deficiência como expressão da diversidade humana, partindo do discurso do modelo social da deficiência, e da manifestação de compreensão do corpo com deficiência como diversidade corporal. O autor acredita que observando estes enfoques, a sociedade pode se organizar melhor na promoção da cidadania e justiça social desta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos estudos analisados, foi constatada grande preocupação dos autores em relação a forma de avaliar a pessoa com deficiência quanto a elegibilidade ao benefício, tornando mais difícil sua inserção e deixando aparente um cenário de exclusão. Os pesquisadores acreditam que deveria haver maior entrosamento entre o Serviço Social e o serviço médico e que “o espaço de legitimidade dos assistentes sociais, poderia ser o mesmo que o da perícia biomédica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**, dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências.

FERNANDES, Débora Rabelo. **A atuação do Assistente Social na concessão do Benefício de Prestação Continuada**. Disponível em:
<https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/8762/1/D%C3%A9boraRabeloFernandesTCCgraduacao2016.pdf> Acesso: 27/08/2017

CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA. Vol.21- nº 10 Rio de Janeiro, Oct. 2016. **Proteção social e Pessoa com Deficiência no Brasil**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003037&lng=en&nrm=iso

KATALYSIS. Vol.18 nº 1 Florianópolis Jan./Jun.2015 – **Benefício de Prestação Continuada: perspectivas na avaliação médico-social**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100032&lng=en&nrm=iso – Acesso: 27/08/2017

O SOCIAL EM QUESTÃO. **A deficiência no interior da Política de Assistência Social: um balanço sócio-histórico**. Disponível em:
http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf Acesso: 27/08/2017.

*A Participação do Assistente Social na Concessão do Benefício de Prestação
Continuada (BPC) às Pessoas com Deficiências*

TEMPORALIS. Ano 13, nº25, p.235-259, jan. /jun. 2013 Heloisa Helena da Silva Guedes et.al.
Novo modelo avaliativo do BPC: Desafios, possibilidades ao Serviço Social. Disponível
em:
<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2153/4134> - Acesso: 27/08/2017